



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: “Globalização, Política e Cidadania”

---

**“SENTIDOS DE AÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO – AMEAÇA E AÇÃO COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA”**

---

MONTEZ, Mário Miguel

Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

montez.mario@gmail.com

---

MONTEIRO, Alcides, A.

Doutor em Sociologia

Universidade da Beira Interior

alcidesmonteiro@yahoo.com

---



A Plataforma do Choupal é um movimento cívico criado em Coimbra em 2008 e ativo até 2010, em defesa da Mata Nacional do Choupal e contra a construção de um viaduto rodoviário sob aquele espaço de lazer e natureza. A análise da ação coletiva protagonizada pelo citado movimento, considerado como “pequeno grupo”, obedeceu a uma conduta metodológica que se identifica com a perspetiva de “estudo de caso” e a lógica indutiva de construção do conhecimento. Desse processo resultaram um conjunto de questionamentos, pistas analíticas e hipóteses que ao longo do texto se desenvolvem. 1. Os questionamentos prendem-se com o desencadear da ação coletiva e o papel dos seus atores sociais na construção dos movimentos sociais e na reformulação do exercício da democracia. Questiona-se a pertinência e sustentabilidade de ações coletivas pontuais, face a estas ambições, tendo em conta a vulnerabilidade dos movimentos cívicos e das ações de natureza pontual. 2. No campo das hipóteses, aponta-se para a existência de dois sentidos da ação coletiva que resultam da relação entre «interesse» e «energia» do grupo e a percepção de «ameaça» pelos seus elementos, incluindo aqui as percepções pessoais de «risco» perante os bens de que desfrutavam os sujeitos do grupo. Ou seja, um «sentido ascendente» e o «sentido descendente» na ação coletiva. Explora-se ainda a ideia de que os sentidos da ação coletiva que potenciam a sua mobilização e desmobilização surgem do valor emocional que a “ameaça” acarreta.

The Choupal Platform is a civic movement created in Coimbra in 2008 and active until 2010, in defense of the Choupal National Forest and against the construction of a highway overpass in the space of leisure and nature. The analysis of collective action carried out by the aforementioned Platform, considered as "small group", followed a methodological path that identifies with the perspective of "case study" and the inductive logic of knowledge construction. This process resulted in a set of questions, analytical assumptions and hypotheses throughout the text are developed. 1. The questions relate to the onset of collective action and the role of its social actors in the construction of social movements and in reshaping the practice of democracy. We question the relevance and sustainability of punctual collective actions, under these ambitions, taking into account the vulnerability of civic movements and actions of the ad hoc nature. 2. In the field of hypotheses, they point to the existence of two directions of collective action, arising from the relationship between 'interest' and 'energy' of the group and the perceived 'threat' by its elements, including here the personal perceptions of 'risk' developed by the group members. That is, an 'upwards' and 'downwards' in collective action. It also explores the idea that the meanings of collective action to enhance the mobilization and demobilization arise from the emotional value that the 'threat' entails.

Palavras-chave: movimento cívico; participação; ação coletiva; risco; ameaça

Keywords: civic movement, participation, collective action, risk, threat

PAP0674



## Introdução

O estudo que apresentamos incide na relação entre a ação coletiva protagonizada por um pequeno grupo de pessoas e o fenómeno da «ameaça», mostrando como a ação coletiva é condicionada por uma dimensão emocional e subjetiva proveniente da relação do sujeito com os bens de que usufrui. Neste sentido complementa-se a compreensão da dimensão de racionalidade da ação coletiva e exploram-se fatores que se relacionam com a perceção de risco dos sujeitos face a uma ameaça sobre os bens que usufruem. Conclui-se que os fatores inscritos na dimensão de subjetividade influem na dinâmica e desenvolvimento da ação coletiva, potencializando tanto a sua ação como a sua desmobilização, em dois processos que denominamos de sentidos ascendente e descendente da ação coletiva.

O estudo de caso de suporte a estas considerações focou-se num grupo de pessoas, criado na cidade de Coimbra em 2008, em defesa de uma área natural e de lazer denominada Mata Nacional do Choupal. A iminente travessia deste espaço por uma via rodoviária levou à criação de um movimento cívico denominado Plataforma do Choupal. Até 2010 este «pequeno grupo» levou a cabo uma série de atividades socioculturais e de ações judiciais. Em 2010, devido ao conhecimento da anulação do concurso da obra o movimento desmobilizou e a ação coletiva esmoreceu. O estudo de caso realizou-se no centro do processo desmobilização do movimento.

A análise da ação coletiva promovida pela Plataforma do Choupal conduziu a questionamentos, hipóteses e propostas que aqui se apresentam, assentes num campo de conflitos que se estende do contexto socioterritorial às dinâmicas internas do grupo, passando por aspetos característicos de modelos de desenvolvimento que se disputam entre si. Do contexto socioterritorial sobressaem conflitos relativos ao usufruto de espaços pelos grupos sociais. Das dinâmicas do grupo relevam-se as forças que impulsionam e que implodem a ação do grupo. No que concerne aos paradigmas de desenvolvimento destacam-se conflitos ao nível das formas de: governança; valorização de espaços de natureza e lazer e a sua relação com os espaços urbanos; mobilidade pedonal e qualidade de vida enquanto versus mobilidade em automóvel e preocupações no sentido «*Time is Money*».

Este caso comporta uma complexidade de aspetos orientados pelas energias, motivações e interesses dos diversos atores sociais implicados. Por isso reserva-se um olhar particular sobre a forma como estes fatores afetam as questões políticas e de cidadania nas escalas local e global; no que toca às formas de «governança», ao papel dos atores sociais e das ações coletivas pontuais como ponto de partida da construção de movimentos sociais para a transformação social.

### 1. Ação coletiva: contributos teóricos para o debate em torno do conceito

Enceta-se o debate teórico recorrendo a contributos interdisciplinares das ciências sociais e humanas que enriquecem o entendimento deste fenómeno e o constroem a montante do seu conceito, partindo do plano geral da «ação» em direção a contributos mais presentes neste tudo de caso

Sendo um comportamento humano a «ação» é, para Hanna Arendt, em *A Condição Humana*, a “atividade exercida diretamente sobre as pessoas sem a mediação das coisas e da matéria” (Arendt, 2001, pp. 20). Esta ideia, dirigida para o entendimento de pluralidade da condição humana, mostra que o mundo é habitado por pessoas que interagem entre si. Neste sentido, «interação» é um processo contínuo de ações que respondem a outras ações, com poder de afetar os outros (idem, 2011, pp. 240). Por isso Parsons entendeu a «ação» como um comportamento humano devidamente analisado e direcionado que resulta da relação entre a perceção de um problema e a motivação para o resolver (Parsons, 2007, pp. 53), acrescentando que:

Each orientation of action in turn involves a set of objects of orientation. These are objects which are relevant in the situation because they afford alternative possibilities and impose limitations on the modes of gratifying the needs and achieving the goals of the actor or actors. (*Idem*, pp. 4)

Neste contexto, a ideia de «ação» associa-se à construção da transformação social, a partir da sua dimensão de «historicidade» (Guerra, 2006, pp. 20), uma vez que a ação “na medida em que se empenha a fundar e a preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (Arendt, 2001, pp. 21).

A ação coletiva emerge dos moldes da «ação», distinguindo-se, conforme Erik Neveu, por ser “uma acção comum tendo como objectivo atingir fins partilhados” (Guerra, 2006, pp. 57) e “que se dá pela ação de um acontecimento desencadeador (*Idem*). Em qualquer entendimento do conceito compreendem-se diversos processos grupais, desde a participação e o partenariado às acções espontâneas e revoluções planeadas (*Idem*, pp. 30-58). Segundo Melluci podem-se identificar como ação coletiva as ações que comportem determinadas características sociais tais como: envolvimento de um grupo ou grupos de indivíduos; “características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo”; um campo de relações sociais; um sentido atribuído pelas pessoas à ação em causa (*Idem*, pp. 58). É neste sentido de atribuição de um valor à ação em causa que Mancur Olson desvenda a ideia de que os “os indivíduos em grupo agem de acordo com os seus interesses pessoais” (Olson, 1998, pp. 1) conferindo à ação coletiva a dimensão de «racionalidade» que a tem qualificado. Neste contexto, Alcides Monteiro esclarece que “a ação coletiva explica-se pela utilidade que daí decorre para os seus membros” (Monteiro, 2004a: 119) assim como se organiza “em torno da utilidade que revela para os seus membros” (*idem*).

Contudo, a ação de cada «sujeito» num coletivo dá-se também por aspetos subjetivos e emocionais, pautados por motivações distintas. São, efetivamente, as capacidades criadoras e a consciência do «sujeito» que o tornam, conforme Touraine, “um elemento produtor da sociedade” (Guerra, 2006, pp. 20). Touraine evidencia o conceito de «sujeito» enquanto potencial representativo da “capacidade dos homens de se libertarem tanto dos princípios transcendentais como das regras comunitárias” (Touraine, 1996, pp. 66), identificando aqui a existência de “um conflito social central, e a ideia de ação orientada para valores” (*Idem*, pp. 71). O papel do sujeito, enquanto ator social, reveste-se de uma especial importância na ação coletiva e apresenta-se no cruzamento de três eixos que mapeiam a sua condição.

- a) O eixo da motivação, relacionado com as motivações, os interesses e as expectativas que conduzem à ação coletiva. Este eixo comporta porém tanto os interesses identificados racionalmente, como as motivações do foro emocional ou subjetivo que levam o sujeito à ação.
- b) No eixo da condição, enfocam-se as condições de «sujeito consumidor» e de «sujeito participante» numa relação de complemento, mais do que de evolução – sequencial – ou dicotómica. Embora se considere que “a democracia participativa encara os cidadãos não como consumidores mas como produtores da sociedade” (Guerra, 2010, pp. 129) é, no entanto no consumo – usufruto de; relação com – um bem coletivo que assenta o conflito de base à ação coletiva.
- c) O eixo da racionalidade aponta o sujeito como ser racional, portador da sua liberdade na escolha dos meios e dos recursos para atingir os seus objectivos. Assim, associa-se, livremente, a um grupo numa condição de ator social, devido à sua atuação na mudança social.

## **2. Contextos de um conflito na base da ação coletiva**

A noção de «conflito» é uma presença constante em toda a ação coletiva, pelo que interessa situar a origem do conflito no seu contexto territorial e social. Partindo de uma perspectiva macro – micro, refira-se que o território no qual surge a ação da Plataforma do Choupal é relativo ao perímetro urbano da cidade de Coimbra, estendendo-se pontualmente para outros territórios como a Assembleia da República, em Lisboa. Coimbra situa-se no Centro de Portugal, e é ponto de passagem na ligação rodoviária entre as cidades de Lisboa, a 200 km, e Porto, a 100 km. Com uma área urbana de 3000 ha<sup>1</sup>, tem sido considerada a terceira maior cidade do país, com 143.396 habitantes a nível do município<sup>2</sup>. A cidade é limitada a sul pelo rio Mondego que corre no sentido nascente – poente. É no seguimento deste mesmo rio, para poente, que se encontra o território que motivou a ação coletiva da Plataforma do Choupal, precisamente a Mata Nacional do Choupal.

A Mata Nacional do Choupal situa-se aproximadamente 1,5 Km a poente do centro da cidade. Trata-se de um espaço de cerca de 71 hectares de Reserva Ecológica Nacional submetido ao Regime Florestal Total<sup>3</sup> mas sem o estatuto de área protegida. Popularmente denominada de Choupal, a mata foi plantada no final do século XVIII na margem norte do rio Mondego como forma de travar as enchentes do novo curso do rio. Das várias espécies plantadas sobressaiu o choupo negro, originando o nome pelo qual é conhecido. Tornou-se desde essa época um espaço de lazer da população da cidade e arredores, e de encontro dos estudantes da Universidade de Coimbra que a eternizaram através de canções e de um valor simbólico ainda hoje atribuído ao Choupal e à sua relação com a cidade. Enquanto espaço de natureza é notável pela abundância de ecossistemas que acolhem variadas espécies, como a Lontra e o Milhafre-negro (que aqui ostenta a maior colónia da Europa), entre muitas outras, até às monumentais árvores centenárias com mais de 40 metros de altura.

Amputada a partir dos anos setenta em cerca de vinte e cinco por cento da sua área, devido a obras públicas de variada natureza, em 2010 enfrentou uma nova ameaça: um novo traçado para o IC2. IC2 é a designação da via rodoviária de Itinerário Complementar que liga as cidades de Lisboa e Porto num total de numa variante ou em sobreposição à Estrada Nacional 1. Em Coimbra, a revisão do seu traçado contempla uma nova travessia do rio Mondego, alguns metros a poente da atual ponte-açude, que atravessa a Mata Nacional do Choupal por meio de um viaduto de 40 metros de largura e de perfil de «auto-estrada».

Tal como previsto na lei portuguesa relativa a matéria de obras públicas, e tratando-se de uma obra sobre um espaço que contempla ecossistemas naturais, foram solicitados pelo Estado pareceres técnicos sobre o projeto de atravessamento do Choupal, cujas conclusões foram desfavoráveis à construção do viaduto. Contudo, não sendo estes pareceres vinculativos à decisão política, o Ministério do Ambiente emitiu em 2008 a primeira Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável ao projeto. A decisão política de construção de um viaduto rodoviário sobre o Choupal teve o apoio da autarquia de Coimbra, que viu neste projeto uma forma de requalificar parte da zona urbana periférica ao Choupal. Foi também acolhida com agrado por grupos de pessoas que consideram uma obra deste género um sinal de progresso. Mas, ao mesmo tempo, deu origem a uma dinâmica de contestação organizada sob a forma de movimento cívico, denominado Plataforma do Choupal.

### **3. Problemas de partida da ação coletiva da Plataforma do Choupal**

A decisão política de resolução de um problema de trânsito de nível nacional, marcado pela necessidade de aproximação entre duas grandes cidades – Lisboa e Porto – gera três novas dimensões de problemas:

- a) Um problema ambiental;
- b) Um problema sociocultural;
- c) Um problema político e de cidadania.

O problema ambiental relaciona-se com a colocação em perigo de um conjunto de ecossistemas que caracterizam o Choupal. O risco de destruição dos ecossistemas em causa deve-se tanto à ação direta da obra de construção como da travessia rodoviária e comportam um conjunto de impactos negativos causados por vários tipos de poluição sobre um espaço natural e de lazer. Impossibilita também a utilização deste espaço como lugar de educação ambiental, tornando-se, por conseguinte, num exemplo contrário.

O problema sociocultural manifesta-se pelo condicionamento ou privação de práticas de lazer e de convívio social que acontecem no Choupal. A médio-longo curso coloca-se também em risco a mobilidade e a qualidade de vida na cidade uma vez que se prevê que o novo percurso da IC2 afetará o trânsito rodoviário, levando a uma maior utilização das vias de acesso ao centro, pondo em causa a lógica de desenvolvimento sustentável da cidade. Com uma nova amputação o Choupal afastar-se-á física e psicologicamente da cidade. No campo simbólico o projeto põe em risco o valor patrimonial do Choupal enquanto espaço histórico e tradicional, tão preservado pelo imaginário coletivo relativo à cidade de Coimbra, conhecido pela literatura e música alusiva a este lugar.

O Problema Político e de Cidadania é resultado da falta de transparência na tomada de decisões políticas e consequente descreditação das formas de «governança» de nível local e nacional. Num quadro político de democracia surge, da parte dos cidadãos, a expectativa de participação na tomada de decisões que lhes dizem respeito e “já não admitem que os processos de planeamento e de gestão urbanística sejam elaborados por um grupo de decisores e técnicos em ambiente de obscurantismo” (Guerra, 2000, pp. 38).

As três dimensões de problemas e seus conteúdos, reproduzem-se igualmente como quadros de motivação pessoal e de percepção dos riscos, conducentes ao processo da ação coletiva em causa.

#### **4. Opções metodológicas**

O estudo aqui apresentado assenta em metodologias de pesquisa indutiva e na amostragem por caso único. Centra-se, sobretudo, na análise de conteúdo de entrevistas a elementos do movimento cívico e de um movimento cívico espanhol – Salvem El Cabanyal – que serviu de caso de comparação pelo sucesso da sua ação coletiva. Foi complementada com a análise de documentos referentes às ações do movimento, de produtos da comunicação social (artigos de jornais e reportagens de televisão) e ainda de sítios da internet. Os elementos da Plataforma do Choupal entrevistados foram fundadores e participantes desde o início do processo, assim como outros integrantes do movimento em fases posteriores<sup>4</sup>.

A fase de pesquisa aconteceu num tempo em que o movimento cívico desanimou, tornando-se volátil na sua intervenção e mais difícil a relação entre esta pesquisa e a ação concreta do movimento. No entanto, tal fator também favoreceu um relativo distanciamento dos sujeitos perante as suas ações, resultados e sentimentos, possibilitando-lhes uma leitura mais crítica dos acontecimentos e dos percursos.

A metodologia de análise das entrevistas feitas aos protagonistas da ação coletiva segue de perto a proposta elaborada por Demazière e Dubar, que os autores definem como a de uma “postura analítica que procura produzir metodicamente um sentido a partir da exploração de entrevistas de pesquisa” (1997, pp. 34). Os autores estruturaram uma abordagem dos discursos dos sujeitos (orais ou escritos) que é essencialmente indutiva e analítica, com fortes afinidades à *Grounded Theory* desenvolvida por B. Glaser e A. Strauss, visando a construção de teoria a partir de uma análise intensiva de casos e marcada por uma constante comparação entre dados empíricos. Definem o processo indutivo de teorização como em três operações principais. Uma primeira operação, de tradução / nominação, em que os dados coletados são traduzidos em momentos e categorias analíticas, necessariamente provisórios. A operação seguinte permite o afastamento em relação aos dados originais (matéria-prima) e um trabalho de estruturação das categorias num sistema mais coerente e mais integrado de hipóteses. A última operação conduzirá, por processos de conceptualização e abstracção, à formulação de proposições teóricas dotadas de coerência lógica. Através da análise comparativa de discursos e sua categorização, avança-se dos discursos e individuais e subjetivos em direção a categorias mais formais e abstratas que conferem sentido ao “objeto sociológico” sobre o qual a pesquisa se debruça.

Contudo, esta abordagem mais naturalista e indutiva que recai sobre os referentes – as relações sociais, normas e processos de ação social mediatizados pelo discurso de atores que neles intervêm ativamente – não inviabiliza o recurso a um quadro teórico em apoio, do mesmo modo que esse recurso pode (e se deseja) não comprometer o raciocínio indutivo. O uso de um quadro teórico de referência surge como via para ir mais além da nebulosa de significações pessoais, para conhecer o alcance das suas conceções acerca de si próprios e do seu lugar no mundo, identificar a totalidade social da qual cada indivíduo e cada situação fazem parte, bem como refinar interpretações para além dos significados mais imediatos (Alvesson and Skoldberg, 2000, pp. 135-139; Monteiro, 2004).

#### **5. Motivações, percepções de risco e ameaça**

No caso da Plataforma do Choupal encontram-se na base das motivações para a ação coletiva não só «valores» concretos, que Touraine refere como orientadores da ação (Touraine, 1996, pp. 71), mas também



diversas percepções de risco em relação à implicação do viaduto rodoviário sob os bens de que os sujeitos são usufruidores.

Segundo o conhecimento produzido pelas ciências do risco, nas palavras do geógrafo Fernando Rebelo (também ator na ação da Plataforma do Choupal), a noção de risco está associada aos conhecimentos das variáveis que comportam a possibilidade de «perigo» e de «crise» e sua proximidade (Rebelo, 2003, pp. 259). O «risco» é o somatório ou a multiplicação “de algo que nada tem a ver com a vontade do homem («aleatório», «acaso», «casualidade» ou «perigosidade»), com algo que resulta, direta ou indiretamente, da presença do homem, a vulnerabilidade” (*Idem*). Conforme uma abordagem antropocêntrica, o conceito de «vulnerabilidade» implica a presença humana e não se considera haver risco quando a ação não implica com os seres humanos ou com os seus bens. No entanto, como alerta Rebelo, numa visão holística, qualquer risco por mais distante que se encontre da presença humana afetará sempre a humanidade.

Para quem exige as duas noções [de acaso e vulnerabilidade], atendendo a que só considera a existência de risco quando o homem ou os seus bens podem ser prejudicados, o risco, verdadeiramente não existiria por não haver vulnerabilidade.

Mas, insistimos, será mesmo assim? No exemplo dado, o funcionamento do vulcão afetaria sempre a atmosfera e indiretamente poderia vir a afectar o próprio homem, através de poluição gasosa, de mudanças de tipos de tempo, de alterações climáticas... (Rebelo, 2003, pp. 252).

Mercedes Pardo, investigadora em ciências do Risco, aponta alguns aspetos que suportam o entendimento das percepções de risco dos atores da ação coletiva da Plataforma do Choupal. Em primeiro lugar, a ideia de que «risco» está também dependente da própria consciência grupal e social de «risco» (Pardo, 2002, pp. 3). É esta consciência social que pauta a ação dos sujeitos perante acontecimentos que implicam com os espaços, com as pessoas e com os seus recursos. Em segundo plano, a percepção de «risco» é relativa e diferenciada uma vez que não afeta de igual forma todos os indivíduos nem todos os setores da sociedade (*Idem*). Neste sentido, Pardo aponta a forma comum de relação social com o «risco», geralmente promovidas pelas instâncias que detêm o «poder»: a opção de remeter o risco para outros lugares da sociedade onde há mais controle social ou onde a consciência do risco não gere conflitos (Pardo, 2002: 2). Desta forma, a potencial ação coletiva advinda da percepção do risco, não se torna tão possível. Um terceiro aspeto é o facto de que as sociedades comportam, elas próprias uma capacidade de produção da percepção do risco, normalizando o que é perigoso e o que não é perigoso (*idem*). No caso da problemática em torno do Choupal, este fenómeno é evidente, uma vez que a ideia de que não há risco na travessia do Choupal por um viaduto rodoviário é ainda generalizada, quer pelo poder autárquico, quer por um grande número de habitantes da cidade, quer pelo próprio órgão do governo que decidiu sobre o reduzido «risco» desta travessia para a mata.

Pelo caráter de relatividade do «risco», pela sua necessidade de consciencialização social e remissão para os tais «outros lugares» referidos por Pardo, vislumbra-se uma possível interpretação diretamente relacionada com o problema em estudo: territórios com nenhuma ou reduzida ocupação humana estão sujeitos a ações de transformação artificial, sem que sejam considerados os «riscos tecnológicos» a que estão expostos<sup>5</sup>. No entanto, as percepções que cada grupo social desenvolve em torno do risco ou dos riscos inerentes a uma determinada ameaça, conferem ao «risco» um papel preponderante na evolução das sociedades e da humanidade pois "sans risque, il ne se produirait aucune activité et, à l'évidence, il n'y aurait pas d'innovation sociale" (Pardo, 2002, pp. 2). O risco é, portanto, gerador de atividade; de ação.

No caso da Plataforma do Choupal são as percepções de risco resultantes da notícia de construção do viaduto que se encontram na génese da ação coletiva, originando a motivação para ação. Apresentam-se em três quadros de percepção de risco e de motivação, idênticos aos quadros de problemas analisados anteriormente: a) de ordem ambiental; b) de ordem sociocultural; c) de ordem política e de cidadania. As vozes dos atores da ação coletiva da Plataforma do Choupal transmitem o leque de motivações e de percepções de risco existentes, conforme transmitido nas entrevistas realizadas. Assim:

Foi essa a motivação. Uma predisposição já para questões ambientais. Ali na questão do choupal, uma em particular é que eu era utente do Choupal e senti-me pessoalmente atacado, agredido, com um projeto daqueles. (Entrevista a Miguel D.)

Chego à Plataforma do Choupal muito mais por questões de ordem urbana que têm a ver claramente com o centro histórico do que propriamente com o atentado evidente que existe relativamente à Mata do Choupal. (Ent. exploratória 1 a Luís S.)

Chegámos a ter motivações claramente de visibilidades, protagonismos bacocos, coisas dessas. Chegámos a ter participações desse tipo. (Ent. semiestruturada 1 a Luís S.)

[...] Havia pessoas apenas que achavam que aquele pedaço da sua cidade era de todos nós, havia pessoas que apenas achavam demasiado o dinheiro, de tudo. As motivações eram diversas embora pense que toda a gente tivesse algum... acho que toda a gente tinha, por um lado, a preocupação com a sua cidade, porque eram pessoas daqui que queriam viver melhor, isso sim era transversal, e com algum prazer pela natureza, por um pouco de verde. (Entrevista a Teresa S.)

Cruzam-se nestes testemunhos motivações pessoais conduzidas pelo «interesse» e «racionalidade» mas também pela relação afetiva, de ordem emocional que conferem à motivação pessoal de uma ação coletiva uma dimensão de subjetividade. O quadro de motivações para a ação coletiva é assim preenchido por uma paleta diversificada de perceções, de interesses pessoais e de emoções que cada sujeito tem ou sente perante um ou mais bens que usufrui.

Apesar das variadas motivações pessoais e das diversas perceções de risco, mais ou menos relacionadas com as experiências, interesses e relações dos sujeitos com o Choupal, com a cidade de Coimbra e com a procura de um paradigma de desenvolvimento integrado, a «ameaça» é objetiva. Das entrevistas realizadas aos atores do movimento cívico compreende-se um apontar geral da construção do viaduto sobre o Choupal como a «ameaça» concreta e razão da mobilização em forma de movimento cívico.

Eu penso que o que une as pessoas da plataforma do Choupal é, acima de tudo, a defesa da Mata Nacional do Choupal. Acho que as pessoas que estão nesta luta, estão, porque de facto se opõem a que o IC2 passe no território. (Entrevista a Miguel D.)

Para mim é assim, qualquer intervenção no Choupal, aliás como podia ser na cidade inteira, ou é para fazer alguma coisa de jeito ou então mais vale estar quieto [...] (Entrevista a Teresa S.)

A mim o projecto do viaduto causa alguma repulsa, porque nós temos assistido, de alguns anos a esta parte, a um delapidar da área florestal do Choupal. [...] a génese da Plataforma é indiscutivelmente o viaduto, não é? (Entrevista a José P.)

Claramente, a DIA, emitida pelo governo em 2008, que aprovou o projeto de travessia do Choupal por uma via rodoviária em forma de viaduto, tornou-se o «acontecimento desencadeador» da ação coletiva. Verifica-se, a partir daqui, a existência de um percurso evolutivo desde o «acontecimento desencadeador» à ação coletiva, propriamente dita, que passa por um leque de perceções de risco produzidas por cada sujeito e que os leva a agir em conjunto pela relação que têm com o «bem público» ameaçado. Surge então uma relação emocional entre os sujeitos e os «bens» que usufruem, marcado pela proximidade ou afastamento da «ameaça» aos mesmos bens. O caso da Plataforma do Choupal permite a compreensão deste fenómeno, tendo em conta o processo de ação coletiva realizado entre 2008 e 2010.

## **6. Percurso de uma ação coletiva: da ação à desmobilização**

Conforme testemunhos dos fundadores da Plataforma do Choupal, Luís S. e Miguel D., o movimento foi originado pela associação de sujeitos sensíveis às notícias publicada no *blog* SOS Choupal, entre 29 de outubro e 11 de novembro de 2008.

Após o conhecimento das informações do *blog*, alguns sujeitos com anteriores participações cívicas no concelho de Coimbra e frequentadores da mata do Choupal conversaram entre si e decidiram tomar ação. Entre eles surgiu uma personalidade do meio académico de Coimbra que já anteriormente se pronunciara sobre atentados ambientais no concelho de Coimbra, (Entrevista a Miguel D.).

No início de dezembro de 2008 os sujeitos realizaram a primeira reunião com cerca de 7 participantes. Nesse momento definiram-se como estratégias: a) Obter informação sobre o assunto; b) Avançar com uma subscrição pública; c) Realizar um conjunto de ações de animação que captassem a atenção para o que consideravam ser o problema em causa.

Nós delineámos uma pequena estratégia que passou, precisamente pela obtenção da informação, mais detalhada sobre a questão e passou pela decisão de se avançar com uma qualquer subscrição [...] e de imediato surgiu a ideia de um «abraço» também, a ideia de abraçar o Choupal, que se realizou aí em inícios de fevereiro [de 2009]. (Entrevista exploratória 2 a Luís S.)

Depois foi criado um sítio na Internet (atualmente desativado) para informação das atividades do movimento e do problema. Em fevereiro de 2009 formou-se o grupo que se manteve mais participativo, constituído por 12 a 20 pessoas com participação frequente nas reuniões. Até janeiro de 2010 (data da primeira entrevista exploratória) tinham sido realizadas 38 reuniões.

Para promoção da causa, e da mata do Choupal, o movimento definiu a realização de atividades que mobilizassem a população de Coimbra, chamassem a atenção da população local, dos meios de comunicação social, e por conseguinte, da sociedade portuguesa. Interessava fazer compreender o Choupal enquanto espaço a preservar na cidade e sensibilizar para a ameaça de que consideravam estar a ser alvo este espaço. Para isso definiram um conjunto de atividades para as quais mobilizaram outras organizações e sujeitos, entre os quais artistas e figuras conhecidas da sociedade portuguesa. O historial da ação coletiva da Plataforma do Choupal contemplou atividades de grande mobilização de pessoas, entre Dezembro de 2008 e a primavera de 2009, tais como:

- a) Petição para a Assembleia da República, com onze mil assinaturas;
- b) Concerto em defesa do Choupal, no qual participaram artistas conceituados;
- c) “Abraço” ou “cordão” em volta da mata, onde participaram cerca de mil e trezentas pessoas;
- d) 48 horas de atividade física no Choupal, que mobilizou diversos clubes e associações desportivas e atletas.

No plano da estrutura e da liderança, o movimento apresentou um perfil considerado de «militante» que se concerne à tipologia das iniciativas de desenvolvimento local apresentadas por A. Monteiro. (Monteiro, 2004b). Este perfil assenta em valores herdados dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 do século XX, confronta-se naturalmente contra o modelo dominante de «governança» e recusa, no seu discurso, modelos de gestão organizacional tradicionais, preferindo uma orientação de acordo com princípios de solidariedade, democracia e autonomia, operacionalizado por contribuições de cada participante para a ação (*Idem*, pp. 10-11).

Não [havia nenhum tipo de liderança], obviamente havia pessoas que tinham, eu não digo mais disponibilidade de tempo, mas que se disponibilizaram mais em termos da sua vida e do seu tempo para isso. E, obviamente, estavam mais presentes, sabiam mais do assunto, tinham conhecimentos mais técnicos desta ou daquela área, estavam mais ao corrente do que se estava a passar, e obviamente tiveram uma posição mais preponderante, sim. (Entrevista a Teresa S.)

Ela [liderança] nunca foi discutida. Eu acho que as coisas aconteciam por acontecer, e aconteciam de uma forma espontânea e quase natural. As pessoas agiam um pouco de acordo com aquilo que podiam dar à plataforma. (Entrevista a Miguel D.)

Ao longo do ano de 2009 o movimento realizou uma série de atividades nos campos jurídico, sociocultural, e político. Durante este tempo deram-se uma série de acontecimentos pessoais, políticos e económicos que afetaram os dois lados do conflito, resultando numa gradual desmobilização do movimento cívico.

No plano económico: o brusco surgimento da atual crise, originada por uma crise financeira, que condicionou politicamente a despesa pública em obras que ainda não estavam adjudicadas e que, à partida, não eram urgentes nem muito relevantes para o desenvolvimento nacional.

No plano político: deram-se mudanças no executivo da autarquia e realizaram-se eleições legislativas. Por um lado, segundo testemunhos dos atores, a autarquia manteve a sua postura de ignorar o movimento, apesar dos pedidos de reunião e manteve o entusiasmo na obra em questão. Por outro lado, foi anulado o concurso de adjudicação da obra, condicionado pelo orçamento público em tempo de crise e pela gestão do atual governo Português. Ainda neste plano, mas no que concerne diretamente à «governança» do movimento cívico apresentam-se conflitos latentes mas não assumidos, resultantes das diferentes perceções de risco e motivações, e por conseguinte, de orientações para a ação. Encontram-se também problemas relativos às formas de liderança não assumidas e de participação orientada para o interior do movimento, características das iniciativas de desenvolvimento local de orientação «militante». Contudo, a evolução do grupo em coerência com estes valores confronta-se com as necessidades de evolução enquanto movimento social e de perpetuação da sua ação no tempo. Tendo em conta o movimento de treze anos de existência – “Salvem El Cabanyal”, em Valência (Espanha) – que serviu de caso comparativo a este estudo, são a liderança e a existência de uma estrutura os fatores de sucesso de um movimento. Emílio Martínez, atual dirigente afirma que “Necesariamente deben haber líderes reconocibles por todos.” (Entrevista a Emílio M.) e aponta como fatores determinantes para a força e dinamismo do movimento a existência de “objetivos, liderazgo, creatividad, empatia” (*Idem*).

No plano pessoal: Luís S. e Miguel D., dois elementos fundadores e considerados mais ativos (mas nunca considerados líderes) do movimento, experimentaram sua primeira paternidade, e um destes elementos passou a residir na cidade do Porto. Estas alterações nas vidas pessoais afetaram evidentemente as suas disponibilidades, afetando também a energia ativa do movimento. Ilustram assim mais uma via da dimensão afetiva da ação coletiva, fragilizada aqui pela falta de uma estrutura e de liderança neste perfil de movimento de iniciativa local.

Nestes contornos, a relação entre o movimento e a ameaça também sofreu uma rotação muito significativa. Com efeito, os elementos da Plataforma do Choupal sentem que, embora esteja ainda em risco o Choupal, não está em perigo devido à anulação do concurso de adjudicação da obra. Apontam os fenómenos acima descritos como causas de estagnação da ação do movimento, embora nunca o considerem extinto, e assumem, claramente, uma desmobilização dos atores sociais. Miguel D., fundador do movimento, assume que “Agora, neste momento, a plataforma, objetivamente, está parada” (Entrevista a Miguel D.). Segundo os fundadores do movimento, deve-se este enfraquecimento a um cansaço acumulado ao longo de um ano de ação, ao ritmo das vidas pessoais e profissionais dos elementos do movimento “porque as pessoas têm muitas coisas para fazer na vida e têm de se envolver em vários campos da sua atividade profissional, familiar, seja o que for” (Entrevista semiestruturada nº1) Outros elementos confirmam assim:

A minha explicação para isso é muito simples, é que de facto a ameaça deixou de existir e portanto as pessoas relaxaram. Verdadeiramente, aquilo que é importante aqui é isto: a ameaça real e iminente é retirada, o movimento enfraquece. (Entrevista semi-estruturada 1 a Luís S.)

[...] a intensidade da luta diminui imenso. Diminuiu imenso por vários fatores: um foi precisamente a anulação do concurso, a perceção de que começámos a ganhar, de que do outro lado havia uma fraqueza que era a fraqueza financeira, que possivelmente não haveria dinheiro para realizar a obra e acho que foi sobretudo por essa via que se deu alguma desmobilização da plataforma. (Entrevista a Miguel D.)

Os fatores externos é que determinavam se precisávamos de nos mexermos mais ou não, que aquilo não é nenhum grupo profissional [...] Quando a ameaça se encontrava mais próxima, a perceção da ameaça era mais clara e a sensação de risco era maior. (Entrevista a Teresa S.)

## 7. Pistas e Hipóteses

Partindo do questionamento sobre o percurso da ação coletiva da Plataforma do Choupal, no qual ressalta a relação radical entre ação e desmobilização, apresentam-se articuladamente pistas e hipóteses levantadas para a compreensão deste fenómeno.

A ação coletiva apresentada parte de um conflito em torno de modelos de compreensão do conceito de desenvolvimento. É notória a preocupação do movimento com práticas integrantes de um paradigma de desenvolvimento assente em princípios de sustentabilidade e democráticos. Por um lado, a valorização da democracia e da participação na tomada de decisão; por outro, a contestação a um modelo político obscuro que atende a interesses financeiros privados mais do que aos padrões atuais de qualidade de vida e de sustentabilidade ambiental e social. Contudo, tendo em conta a falta de projeto e de liderança assumida no grupo, e os testemunhos que apontam para a existência de motivações orientadas por protagonismos políticos e pessoais, observam-se na Plataforma do Choupal discrepâncias entre as práticas de gestão do grupo e o modelo de governança que contestam. Torna-se difusa a coerência entre os paradigmas de desenvolvimento e os valores e práticas que lhe atribuem, complexificando a compreensão da ação coletiva enquanto ação concreta contra uma «ameaça» portadora de valores antagónicos.

Outra pista para compreensão da ação coletiva prende-se com a perceção de risco e de perigo, e sua relação com a ação. Como se verificou no percurso do movimento cívico, o momento de maior ação coincide com o momento de maior intensidade da «ameaça». A partir daqui levanta-se a hipótese de existência de uma dinâmica assente na relação de proximidade entre a «ameaça» e as perceções de risco e perigo sentidas pelos sujeitos, em impulsos de ordem emocional e subjetiva mais do que de ordem racional. Pela proximidade ou afastamento em relação aos bens que os sujeitos usufruem, a «ameaça» alcança, neste caso, um papel extremamente relevante. Quando próxima, intensifica a perceção de risco e de perigo, sentidos coletivamente, e assim potencializa a mobilização de recursos e o despoletar da ação coletiva, no que denominamos «sentido ascendente»; Quando distante, alivia o sentimento de risco e perigo do coletivo, e influencia a desmobilização da ação coletiva, no que denominamos de «sentido descendente».

Esta hipótese ilustra-se tanto pela desmobilização da Plataforma do Choupal, após dois anos de ação, como pela perpetuação de treze anos verificada no movimento Salvem El Cabanyal face à constatare ameaça de derrube do bairro pelas autoridades vaticanas. Segundo o dirigente do movimento, a ação do seu movimento mantém-se “porque el problema sigue estando”. Conforme a sua experiência, a «ameaça» influi no dinamismo da ação no sentido em que “cuanto mayor es la amenaza hay una mayor implicación, una mayor predisposición a colaborar con las propuestas que surjan y hay una implicación más personal” (Entrevista a Emilio M.).

## Conclusão

O estudo de caso aqui apresentado tinha como objetivo compreender a ação coletiva de um movimento cívico considerado como «pequeno grupo» e de que forma a sua ação contribuía para a produção de um movimento social transformador da sociedade. A procura de razões para a ação coletiva deste movimento, através da investigação, provocou a produção de uma reflexão sobre a ação, por parte dos elementos mais ativos, numa altura em que o movimento se desativava. O testemunho de cada sujeito da ação, dado em entrevistas, o levantamento de hipóteses e a partilha de resultados com os seus elementos, têm conduzido a uma vontade de reativação da ação do movimento, manifestada por alguns dos seus fundadores.

A abordagem etnográfica em que assentou o estudo de caso trouxe ganhos específicos na relação entre o investigador e os atores sociais, permitindo uma partilha na compreensão dos fenómenos aqui expostos, pelo carácter emocional e subjetivo dos testemunhos, tão relevante para a produção de hipóteses. Foi motivante no sentido em que a investigação decorreu de um posicionamento também militante, sob a responsabilidade de compreender o percurso crítico desta ação coletiva; e talvez também de a reavivar.

Contudo, constatou-se que um movimento cívico não se sustenta pela condição meramente «militante» dos seus elementos. Ele necessita de um projeto a médio-longo prazo e de uma ambição que se operacionalize através de ações estruturadas, recorrendo a metodologias próprias de animação sociocultural. Este estudo enceta um possível ponto de partida para uma investigação centrada no papel dos animadores socioculturais na ação coletiva, tendo como pressuposto a hipótese levantada em torno dos sentidos de ação e de desmobilização da mesma e o carácter «militante» desta metodologia.

Apesar do sentimento de afastamento, a «ameaça» persiste sobre o Choupal, e sobre outros bens públicos que se encontram na encruzilhada entre os discursos e as ações políticas, suportadas por ilusões populistas e modelos de desenvolvimento anacrónicos. Com eles, estão em risco também práticas e liberdades consideradas garantidas. Por isso, a ação coletiva é um campo de estudo de atual importância científica, social e política. Compreender a subjetividade inerente à ação coletiva, assim como a dinâmica dos seus dois sentidos, é garantir uma ação coletiva que comprometa cada sujeito com a ação transformadora da sociedade, à escala local e global; na contestação aos poderes dominantes e na procura de novas soluções de «governança» e de exercício da cidadania.

## Bibliografia

Alvesson, Mats and Sköldbberg, Kaj (2000). *Reflexive Methodology – New Vistas for Qualitative Research*, London: Sage Publications.

Arendt, Hanna (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio de Água.

Demazière, Didier et Dubar, Claude (1997). *Analyser les entretiens biographiques - l'exemple de récits d'insertion*, Paris : Éditions Nathan.

Guerra, Isabel Carvalho (2000). “O Planeamento Estratégico das Cidades – organização do espaço e acção colectiva”, *Revista Cidades e Territórios*, 1, dezembro 2000, pp 37-55.

Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril, Editora Principia.

Monteiro, Alcides A. (2004a). *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.

Monteiro, Alcides A. (2004b). O Que as Move? Ensaio sobre a Tipologia das Iniciativas de Desenvolvimento Local (idl's) e as suas Orientações na/para a Acção, *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, (s.a), pp: 1-12.

Olson, Mancur (1998). *A lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.

Pardo, Mercedes (2002). *Sociologie et risque: nouveaux éclairages sur les facteurs sociaux et la participation*, *MANA – Revue de Sociologie et d'Antropologie*, 10-11, pp 285-305.

Parsons, Talcott e Edward A. Shils (2007). *Towards a General Theory of Action – theoretical foundations for the social sciences*, New Brunswick e Londres, Transaction Publishers.

Rebelo, Fernando (2003). *Riscos Naturais e Acção Antrópica: estudos e reflexões*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Touraine, Alain (1996). *O Retorno do Actor – Ensaio Sobre Sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget.

---

<sup>1</sup> Fonte: página da Internet da Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva, em <http://www.coimbravivasru.pt/coimbraviva.php>, visitada em 29 e Maio de 2012.

<sup>2</sup> A cidade de Coimbra conta com 106.800 habitantes<sup>2</sup>. Fonte: página da Internet de Sensos 2011 – Resultados Provisórios, em [http://www.ine.pt/scripts/flex\\_provisorios/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html), visitada em 29 de Maio de 2012.

<sup>3</sup> Decreto-Lei 254/2009 de 24 de setembro que aprova o Código Florestal.

<sup>4</sup> Entrevistados/as:

Luís S., Arquitecto, ativista em Coimbra, fundador do movimento. Entrevistas exploratórias 1 e 2 e Semiestruturada 1.

Miguel D., professor, elemento do Bloco de Esquerda, fundador do movimento. Ent. Semi-estruturada 2:

José P., reformado, participante. Ent. Semiestruturada 3.

Teresa S., jurista, participante. Ent. Semi-estruturada 4.

Emílio M., arquiteto e professor universitário, fundador do movimento Salvem El Cabanyal. Ent. Estruturada.

---

<sup>5</sup> Por riscos tecnológicos entendem-se os riscos provenientes da ação humana, as produções industriais, o trânsito, os transportes (Rebelo, 2003: 256).